

IDEIASNET S.A.
C.N.P.J./M.F. Nº 02.365.069/0001-44
N.I.R.E. Nº 3.330.016.719-6
COMPANHIA ABERTA
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2007

(1) DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 23/10/07, às 16h, na sede social da Companhia, à Rua Visconde de Pirajá nº 572, salão 401/parte, Ipanema, Rio de Janeiro, RJ, reuniram-se os acionistas da Ideiasnet S.A.

(2) CONVOCAÇÃO: O edital de convocação foi publicado: (a) em primeira convocação, no Monitor Mercantil que circula no Estado do Rio de Janeiro e, no Diário Oficial que circula nesse mesmo Estado, nos dias 05, 08 e 09 de outubro de 2007; e (b) em segunda convocação, no Monitor Mercantil e no DOERJ nos dias 10, 11 e 15 de outubro de 2007.

(3) PRESENCAS: Estiveram presentes às Assembléias os acionistas descritos ao final da presente.

(4) MESA: Assumiu a presidência o Sr. George Eduardo Rheingantz Ellis, que nomeou a mim, Marcelo Rodrigues Almeida, para secretariá-lo.

(5) ORDEM DO DIA:

(i) Aprovar a eleição do Sr. João Manoel Jodas como membro efetivo do Conselho Fiscal e do Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa como seu membro suplente, e ratificação da renúncia do Sr. Ignácio Ferraz de Sá Freire Júnior; (ii) Aprovar a eleição do Sr. André Ricardo Passos de Souza como membro efetivo do Conselho Fiscal, restando ratificada a renúncia do Sr. Fernando Antonio Cavanha Gaia; (iii) ratificar as renúncias dos conselheiros da administração aprovadas conforme RCA de 20/06/2007 e 04/10/2007; (iv) ratificar as nomeações dos conselheiros da administração aprovadas conforme RCA de 04/10/2007; (v) Alteração do art. 5º do Estatuto Social; e (vi) Aprovação da Consolidação do Estatuto.

(6) DELIBERAÇÕES TOMADAS PELA MAIORIA DOS PRESENTES:

Dando início aos trabalhos, o Presidente propôs a lavratura da ata a que se refere esta AGE em forma de sumário, bem como a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 da Lei 6.404/76, tendo sido tal proposta aprovada pela maioria dos presentes. Os votos foram devidamente protocolados na sede da Companhia.

(i) Foi aprovada a eleição como membro efetivo do Conselho Fiscal o Sr. João Manoel Jodas brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado à Rua Martim Afonso de Souza, 385, Santo André, São Paulo, portador do RG nº 36652000-7, CPF/MF sob o nº 070.351.608-68 em substituição ao cargo até então ocupado pelo Sr. Ignácio Ferraz de Sá Freire Júnior, brasileiro, separado consensualmente, contador, residente e domiciliado à Av. Augusto Severo nº 8, 7º and., Rio de Janeiro/RJ, portador do RG nº 0033467325 e inscrito no CPF/MF sob o nº 298.041.837-49 cuja renúncia resta aprovada. Como suplente do Sr. João Manoel Jodas, cargo até então vacante, resta eleito o Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa, brasileiro, contador, residente e domiciliado a Rua dos Andradas, nº 1534/81, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, portador do RG 3026420368 (SSSP-RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 422.881.180-91;

(ii) Foi aprovada a eleição como membro efetivo do Conselho Fiscal o Sr. André Ricardo Passos de Souza, brasileiro, casado, advogado, residente em São Paulo/SP, com domicílio à Rua Raul Pompéia, 726, apto 162, Pompéia, portador do RG nº 7751258-0 e inscrito no CPF sob o nº 024.791.657-95, em substituição ao cargo até então ocupado pelo Sr. Fernando Antonio Cavanha Gaia, brasileiro, casado, advogado, residente em São Paulo/SP, com domicílio à R. da Quitanda, 126, Centro, portador do RG nº 10416881 e inscrito no CPF sob o nº 845.153.418-04 cuja renúncia resta aprovada.

(iii) Restam ratificadas as renúncias dos seguintes membros do Conselho de Administração conforme RCA de 20/06/2007 e 04/10/2007:

(a) Carlos Jürgen Temke, brasileiro, solteiro, engenheiro, residente nesta Cidade, onde está domiciliado à Av. Augusto Severo, 8/7º and., portador do RG nº 042617217 e inscrito no CPF sob o nº 610.818.507-44 como membro efetivo e de sua suplente a Sra. Mariana Curvelo Abreu Aguiar, brasileira, solteira,

advogada, inscrita na OAB RJ sob o nº 121.638 e no CPF/MF sob o nº 093492587-90, residente nesta cidade, domiciliada à Avenida Augusto Severo nº 8, 7º andar/parte;

(b) Paulo José Mendes Passos, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado à R. Rosária Maria de Souza, 220, São José do Rio Preto/SP, portador do RG nº 302362 e inscrito no CPF sob o nº 607.675.457-53 como membro suplente;

(c) Sergio Henrique Falci Ellis, brasileiro, casado, designer, residente e domiciliado à Estr. da Gávea, 698/804, Rio de Janeiro/RJ, portador do RG nº 089797211 e inscrito no CPF sob o nº 014.669.167-96, como membro suplente;

(d) Carlos Moacyr Gomes de Almeida, brasileiro, casado, engenheiro, residente na Av. Prefeito Mendes de Moraes, 1400, apto 604, bl. 1, São Conrado, portador da carteira de identidade nº 0886971-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.491.607-59 como membro efetivo;

(e) André Soares de Sá, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado à R. Pinheiro Guimarães, 115/308, Bl. 02, portador do RG nº 112423231 e inscrito no CPF sob o nº 078.654.347-74 como membro efetivo e de seu suplente, José Luis Pano, argentino, solteiro, engenheiro, portador do RG nº RNEV217456-O e inscrito no CPF sob o nº 216.099.118-06, residente e domiciliado à R. Antonio Lumack do Monte, 128, Edifício Center III, salas 604/605, Recife/PE;

(iv) Restam ratificadas as nomeações dos seguintes membros do Conselho de Administração:

(a) Ignácio Ferraz de Sá Freire Júnior, já qualificado, como membro efetivo e independente do Conselho de Administração e como sua suplente a Sra. Pilar de Lemos Leoni Castro y Perez, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 114.105, e no CPF/MF sob o nº 083.231.107-35, residente nesta cidade, e domiciliada à Av. Augusto Severo nº 8, 7º andar, parte;

(b) Antonio Batista Coury Júnior, brasileiro, casado, engenheiro, domiciliado à Rua Araújo Porto Alegre, 36 sala 1303, Centro, Rio de Janeiro-RJ, portador da carteira de identidade nº 851052534 (CREA RJ) e inscrito no CPF/MF sob o nº 452.735.966-53, como membro efetivo e independente, restando ratificada a manutenção de Thomás Tosta de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 6.347.828, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.186.257-49, residente e domiciliado nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Av. Niemeyer, nº 174/502;

(c) Marcelo Rodrigues Almeida, brasileiro, divorciado, empresário, domiciliado nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua Visconde de Pirajá nº 572, salão 701, Ipanema, portador da carteira de identidade nº 08014791-1, emitida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.165.937-50 como membro suplente de George Eduardo Rheingantz Ellis, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Dias Ferreira, 417/301, Rio de Janeiro/RJ, portador do RG nº 015713233 e inscrito no CPF sob o nº 006.689.747-53;

(d) Fabio José Cavanha Gaia, brasileiro, casado, empresário, residente na Rua Isabel de Castela n. 330, apt. 183, Vila Madalena, São Paulo, SP, RG Nº 7.779.542, da (SSP/SP), CPF/MF sob o nº 066.393.368-47 como membro efetivo e independente e, como seu suplente o Sr. Antonio Mariano Silva Gordinho, brasileiro, casado, empresário, residente na Alameda Berilo n. 119, Alphaville 9, Santana de Parnaíba – SP, RG Nº 5.655.077-7 (SSP/SP), CPF 580.456.078-00; e

(e) Eleição do Sr. Cassius Schymura, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Av. Paulista, 475/6º and., São Paulo/SP, portador do RG nº 063706394 e inscrito no CPF sob o nº 813.530.307-68 como membro suplente de Carlos Mario de Almeida, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à R. Francisco Otaviano, 49/1409, Rio de Janeiro/RJ, portador do RG nº 38113973 e inscrito no CPF sob o nº 468.999.607-53.

(v) Foi aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em razão dos seguintes eventos: **(a)** Exercício de opções objeto do Plano de Opção para Subscrição de Ações da Companhia, tendo sido subscritas o total de 323.000 (trezentos e vinte e três mil) ações ordinárias, sem valor nominal, o que acarretou no aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 312.567,50 (trezentos e doze mil quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos); e **(b)** Conversão de 676.562 (seiscentos e setenta e seis mil quinhentos e e sessenta e dois) bônus de subscrição, do total emitido nos termos da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20/03/2007, restando emitidas portanto,

676.562 (seiscentas e setenta e seis mil quinhentas e e sessenta e duas) novas ações ordinárias, ao preço unitário de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos), totalizando R\$ 2.022.920,38 (dois milhões e vinte e dois mil novecentos e vinte reais e trinta e oito centavos).

Assim, tendo em vista o disposto no art. 166 da Lei nº 6404/76, o capital subscrito da companhia passou a ser de R\$ 78.418.300,14 (setenta e oito milhões quatrocentos e dezoito mil e trezentos reais e quatorze centavos) dividido em 81.139.128 (oitenta e um milhões cento e trinta e nove mil, cento e vinte e oito) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, passando o Artigo 5º do Estatuto a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 78.418.300,14 (setenta e oito milhões quatrocentos e dezoito mil e trezentos reais e quatorze centavos), dividido em 81.139.128 (oitenta e um milhões cento e trinta e nove mil, cento e vinte e oito) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.”

(vi) Foi aprovado o projeto de consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que passa a fazer parte integrante da presente ata sob a forma de Anexo I.

(7) ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi autorizada pelos acionistas a lavratura da presente Ata, que após ter sido lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes. Rio de Janeiro, 23 de outubro 2007. George Eduardo Rheingantz Ellis, Presidente; Marcelo Rodrigues Almeida, Secretário; Rodin Spielmann de Sá, Truetech Participações Ltda., Lorentzen Empreendimentos S.A., Vesper Fundo de Investimento em Ações, Gustavo Gomes Fernandes, Celso Colombo Neto, Haakon Lorentzen, Camocim Administradora S.A., Erling Sven Lorentzen, Ingeborg Lorentzen Ribeiro, Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, Carlos Mario de Almeida , III Noth Capital Partners LP, The DFA Investment Trust Company on Behalf of Its Small Caps, Emerging Markets Core Equity Portfolio of DFA Investment, 8228 Consultoria e Participações Ltda. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

GEORGE EDUARDO RHEINGANTZ ELLIS
Presidente

MARCELO RODRIGUES ALMEIDA
Secretário

IDEIASNET S.A.
C.N.P.J./M.F. Nº 02.365.069/0001-44
N.I.R.E. Nº 3.330.016.719-6
COMPANHIA ABERTA
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2007

LISTA DE ACIONISTAS PRESENTES

ACIONISTA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL (%)
George Eduardo Rheingantz Ellis	1,77
Rodin Spielmann de Sá	0,78
Trueteck Participações Ltda.	7,02
Lorentzen Empreendimentos S.A.	4,58
Vesper Fundo de Investimento em Ações	2,12
Carlos Mario de Almeida	1,91
Gustavo Gomes Fernandes	1,04
Celso Colombo Neto	1,85
Haakon Lorentzen	1,06
Camocim Administradora S.A.	0,45
Erling Sven Lorentzen	0,43
Ingeborg Lorentzen Ribeiro	0,43
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	3,99
Marcelo Rodrigues Almeida	0,05
III Noth Capital Partners LP	0,31
The DFA Investment Trust Company on behalf of its small caps	0,25
Emerging Mkarkets Core Equity Portfolio of DFA Investments	0,04
8228 Consultoria e Participações Ltda.	0,10
TOTAL	28,18

Certifico que a presente é cópia fiel da lavrada no livro próprio.

MARCELO RODRIGUES ALMEIDA
Secretário

IDEIASNET S.A.
C.N.P.J./M.F. Nº 02.365.069/0001-44
N.I.R.E. Nº 3.330.016.719-6
COMPANHIA ABERTA
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2007

PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA IDEIASNET S.A.

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA IDEIASNET S.A.

CAPÍTULO I

**Da Denominação, Sede, Foro,
Prazo de Duração e Objeto**

Artigo 1º - A IDEIASNET S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital autorizado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de tecnologia, assim entendidas as sociedades que explorem, direta ou indiretamente, serviços ou negócios, ou tenham participação em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, serviços ou negócios, ligados à rede mundial de computadores (“world wide web” ou “Internet”), ou realizados através da Internet. A Companhia também poderá prestar serviços a empresas que atuem ou explorem serviços ou produtos na Internet.

Parágrafo Primeiro: A participação da Companhia em outras sociedades dar-se-á na qualidade de acionista, sócia, quotista, consorciada, ou através de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei.

Parágrafo Segundo: A Companhia realizará seu objeto sempre tendo em mira a finalidade precípua de valorização de suas participações em outras sociedades, e a conseqüente valorização da participação dos próprios acionistas da Companhia em seu capital. Para tanto, a Companhia apoiará as sociedades de cujo capital participe, notadamente através dos seguintes esforços: estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão; mobilização de recursos necessários ao atendimento das necessidades de capital; e suporte de marketing, administração, recursos não financeiros e tecnologia.

Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá nº 572, salões 701/parte, 401/parte e 301/parte, Ipanema. A Companhia poderá criar ou extinguir filiais, sucursais, agências, representações, depósitos e escritórios em qualquer localidade do País ou no exterior mediante deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e Ações

Artigo 5º - O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ R\$ 78.418.300,14 (setenta e oito milhões quatrocentos e dezoito mil e trezentos reais e quatorze centavos), dividido em 81.139.128 (oitenta e um milhões cento e trinta e nove mil, cento e vinte e oito) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Único: Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais, observado, entretanto, o disposto nos artigos 11, § 2º, 14, § 4º e 30 deste Estatuto.

Artigo 6º - A Companhia poderá proceder a aumentos de capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do conselho de administração, até um limite de 200.000.000 (duzentas milhões) de ações. Competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, se a subscrição será pública ou particular, fixar o preço de emissão, as condições de colocação e integralização, e fixar o prazo e forma para o exercício do direito de preferência pelos acionistas.

Parágrafo Primeiro: Na forma autorizada pelo art. 172 da Lei 6.404/76, os acionistas não terão direito de preferência na subscrição de ações e/ou outros títulos emitidos pela Companhia, para venda em Bolsa de Valores, subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos art. 257 a 263 da Lei 6.404/76, e nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais. Todavia, a Companhia concederá prioridade aos acionistas para a subscrição das ações, pelo prazo de 3 (três) dias úteis a contar do anúncio público da oferta.

Parágrafo Segundo: A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus Administradores, membros do Conselho Consultivo, empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

Artigo 7º - A autorização concedida ao Conselho de Administração nos termos do artigo anterior, de proceder a aumentos de capital, não se estende à emissão de ações preferenciais, as quais somente poderão ser emitidas por deliberação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

Dos Acordos de Acionistas

Artigo 8º - Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que disciplinem a compra e venda de ações, o direito de preferência na sua compra ou o exercício do direito de voto e do poder de controle, serão sempre observados pela Companhia.

Parágrafo Único: As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os Administradores da Companhia zelarão

pela observância desses acordos e o Presidente da Assembléia Geral não poderá computar o voto proferido pelo acionista em contrariedade com os termos de tais acordos.

CAPÍTULO IV **Da Assembléia Geral**

Artigo 9º - A Assembléia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro: A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua omissão, por qualquer membro do Conselho de Administração, através de avisos publicados na imprensa, nos termos do disposto no parágrafo terceiro deste artigo, e observando-se o disposto no parágrafo quarto deste artigo.

Parágrafo Segundo: Além das hipóteses de lei, a Assembléia Geral deverá ainda ser convocada por solicitação de qualquer acionista ou conjunto detentor de pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social, ou por qualquer membro do Conselho de Administração ou por qualquer membro da Diretoria, ou ainda pelo Conselho Fiscal. Cumpre ao Presidente do Conselho convocar a Assembléia Geral até no máximo 5 (cinco) dias após o recebimento de solicitação neste sentido, apresentada por acionista que preencha o requisito antes estabelecido, ou por qualquer membro do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Terceiro: A primeira convocação para a Assembléia Geral dar-se-á sempre com antecedência mínima de 15 (quinze dias), contados da primeira publicação do anúncio de convocação, do qual constará desde logo a data em que será realizada a Assembléia em segunda convocação. Caso a Assembléia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado o novo anúncio a que se refere o art. 124, § 1º, da Lei 6.404/76, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para a realização da Assembléia em segunda convocação. Em qualquer hipótese serão publicados três anúncios da Assembléia.

Parágrafo Quarto: Na Assembléia Geral serão observados, pela Companhia e pela Mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:

a) Todos os acionistas deverão enviar, até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembléia Geral, por original ou cópia que poderá ser transmitida inclusive por fac-símile, informação da instituição custodiante de ações da Companhia, se houver, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até no máximo 3 (três) dias antes da Assembléia Geral.

b) Os acionistas representados por procuradores deverão exhibir as procurações até o mesmo momento, e pelo mesmo meio, referido no item anterior.

c) Os originais dos documentos referidos nos itens anteriores, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos em Assembléia.

d) Os acionistas constituídos sob a forma de fundos cujo funcionamento seja aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários deverão apresentar à Companhia, no mesmo prazo e pela mesma forma previstos no item (a) acima, com entrega de cópias até o início dos trabalhos, (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembléia, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) cópias simples do ato societário do administrador pessoa jurídica que outorgue poderes ao representante que compareça à Assembléia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração que seja exibida no início dos trabalhos.

e) A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações que lhe forem feitas. Com exceção da não apresentação da procuração, se for o caso, e do comprovante de custódia de ações, quando estas constem nos registros da Companhia como de titularidade da instituição custodiante, nenhuma irregularidade formal, como a apresentação de documentos por cópia, ou a falta de autenticação de cópias, será motivo para impedimento do voto do acionista cuja regularidade da documentação for colocada em dúvida (o “Acionista Impugnado”), ainda que tal irregularidade formal diga respeito ao cumprimento de requisitos estabelecidos nos itens anteriores deste parágrafo.

f) Na hipótese do item anterior, os votos do Acionista Impugnado serão computados normalmente, cabendo à Companhia, no prazo de 5 (cinco) dias posterior à Assembléia Geral, notificar o Acionista Impugnado de que, através de elementos definitivos de prova posteriormente obtidos, pode demonstrar que (i) o Acionista Impugnado não estava corretamente representado na Assembléia Geral; ou (ii) o Acionista Impugnado não era titular, na data da Assembléia Geral, da quantidade de ações declarada. Nestas hipóteses, independentemente de realização de nova Assembléia, a Companhia desconsiderará os votos do Acionista Impugnado, que responderá pelas perdas e danos que seu ato tiver causado. A Companhia responderá, solidariamente com o Presidente da Mesa, pelas perdas e danos que causar ao Acionista Impugnado caso as provas obtidas não sejam suficientes para retirar o direito de voto do Acionista Impugnado, e ainda assim a Companhia o faça.

Artigo 10 - A Assembléia Geral será instalada e dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada por outro Conselheiro e dirigida por um Presidente escolhido pelos Acionistas. O Secretário da mesa será de livre escolha do Presidente da Assembléia.

Artigo 11 - A Assembléia Geral deliberará sobre as matérias previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: No caso de exercício do direito de retirada de que trata o art. 137 da Lei 6.404/76, o valor de reembolso será o valor econômico da Companhia, apurado por avaliadores na forma da lei.

Parágrafo Segundo: Sempre que a Assembléia Geral deliberar o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia, ou se for o caso de pagar aos acionistas dissidentes, na forma da lei, o valor de reembolso de suas ações, será convocada nova Assembléia Geral especialmente para o fim de escolher os avaliadores, com base em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho de Administração. Na Assembléia Geral a que se refere este parágrafo, o número total

de votos dos acionistas controladores ficará limitado, na forma do art. 110, § 1º, da Lei 6.404/76, a 1% (um por cento) do capital social.

Artigo 12 - Os acionistas deverão exercer seu direito de voto no interesse da Companhia, considerado seu objeto social descrito neste Estatuto. Considerar-se-á impedido de votar o acionista que tenha conflito de interesses, na matéria em deliberação, com o da Companhia, considerado notadamente o objeto social.

CAPÍTULO V

Da Administração - Normas Gerais

Artigo 13 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro: Cabe à Assembléia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Parágrafo Segundo: Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, admitida a reeleição.

Parágrafo Terceiro: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quarto: Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração e os Diretores permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos eleitos.

Seção I

Do Conselho de Administração

Artigo 14 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 6 (seis) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, e igual número de suplentes, todos acionistas, com a denominação de Conselheiros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro: Os membros suplentes podem assistir às reuniões do Conselho de Administração mesmo na presença dos respectivos titulares, devendo para elas ser convocados.

Parágrafo Segundo: O Conselho de Administração terá, escolhido entre seus membros, e pelos próprio membros: (a) um Presidente, que convocará e presidirá suas reuniões; (b) um Vice-Presidente, que substituirá o Presidente, em seus impedimentos e ausências.

Parágrafo Terceiro: Em caso de ausência ou impedimento, definitivo ou temporário, o Conselheiro ausente ou impedido será substituído por seu suplente.

Parágrafo Quarto: Nas eleições dos membros do Conselho de Administração, o número de votos dos acionistas ficará limitado, na forma do art. 110, parágrafo primeiro, da Lei 6.404/76, de maneira que cada acionista, ou conjunto de acionistas, detentor de 12% (doze por cento) do capital da Companhia, possa eleger um membro do Conselho de Administração, aumentando-se o número de Conselheiros, se necessário para permitir tal eleição.

Artigo 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 6 (seis) vezes por ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário, convocado pelo Presidente ou, na omissão deste, por qualquer dos seus membros.

Parágrafo Primeiro: As reuniões serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, devendo dela constar o local, data e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia.

Parágrafo Segundo: A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício ou suplentes do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, não será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, bastando que compareça metade de seus membros efetivos ou suplentes, e desde que a reunião tenha sido legalmente convocada.

Parágrafo Quarto: O Conselheiro poderá se fazer substituir nas reuniões por seu suplente ou pessoa legalmente nomeada, desde que seja outro Conselheiro ou Diretor da Sociedade, e poderá enviar seu voto por escrito. Se a Companhia dispuser de meios, ou puder obtê-los razoavelmente, a participação dos Conselheiros poderá dar-se à distância, por reunião telefônica, vídeo-conferência ou outro meio de comunicação que possa assegurar a autenticidade do voto do Conselheiro. Neste caso, a ata será transmitida por fac-símile (ou por meio eletrônico, se assegurada a autenticidade da transmissão), ao Conselheiro ausente, e por ele rubricada, assinada (ou autenticada) e retransmitida à Companhia, por fac-símile.

Parágrafo Quinto: O Conselho de Administração deliberará por maioria dos votos, cabendo ao Presidente do Conselho, ou a seu substituto ou representante, além do voto que normalmente lhe cabe, o voto de desempate.

Parágrafo Sexto: A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir ou designar Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa local, adotando-se idêntico procedimento para atos de outra natureza, que o Conselho de Administração julgue conveniente.

Artigo 16 - Em caso de vacância no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, este será substituído por seu respectivo suplente. Nas hipóteses de vacância dos cargos de efetivo e de seu suplente ou apenas deste último, os membros remanescentes indicarão até dois substitutos, conforme o caso, que exercerão o cargo até a próxima Assembléia Geral, ocasião em que esta elegerá novo(s) Conselheiro(s) para completar o mandato.

Parágrafo Único: No caso de vaga da maioria dos cargos do Conselho de Administração será convocada uma Assembléia Geral dos acionistas para preenchimento dos cargos.

Artigo 17 - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será global e anualmente fixada pela Assembléia Geral, para ser satisfeita em duodécimos. A Assembléia Geral fixará, também, quando for o caso, o montante e o percentual da participação que deva caber a um ou alguns membros do Conselho de Administração no lucro, observado o limite disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 152 da Lei nº 6.404/76. O Conselho de Administração, em reunião, distribuirá tal remuneração entre seus membros. Havendo dissídio entre os membros, a remuneração será repartida igualmente.

Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração:

I - estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, e definir seu esquema organizacional;

II - aprovar o plano de negócios e o orçamento da Companhia, anual e plurianual;

III - convocar a Assembléia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembléia Geral Extraordinária, e opinar previamente sobre todas as matérias de competência da Assembléia Geral inclusive:

a) criação de ações preferenciais ou aumento de classes existentes, sem guardar proporção com as demais espécies e classes, e criação de mais uma classe de ações ordinárias, se vier a ser admitida por lei;

b) redução do dividendo obrigatório;

c) fusão, incorporação, cisão ou transformação da Companhia, ou pela Companhia de outra sociedade, ou ainda as mesmas operações em que seja parte sociedade controlada ou coligada à Companhia;

d) participação em grupos de sociedades;

e) mudança de fato no objeto da Companhia, assim compreendida a deliberação de praticar certos atos que importem em significativa alteração das fontes de recursos da Companhia, tornando tais novos recursos a principal fonte de resultados da Companhia;

f) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia que não seja referente a aumento em dinheiro do capital autorizado;

g) constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis com repercussão nos direitos e interesses dos acionistas minoritários;

h) emissão de quaisquer títulos ou valores mobiliários debêntures, bônus de subscrição, e notas promissórias para subscrição pública, nos termos da Resolução nº 1.723/90, do Conselho Monetário Nacional;

i) liquidação, dissolução e atos voluntários de reorganização financeira da Companhia e cessação dos mesmos estados e atos; e,

j) resgate ou amortização de ações.

IV - eleger e destituir os Diretores da Companhia;

V - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

VI - fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar atos, livros, documentos e contratos da Companhia;

VII - submeter à Assembléia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

VIII - autorizar a alienação de bens do ativo permanente, e a constituição de ônus reais;

- IX - autorizar a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- X - escolher e destituir auditores independentes;
- XI - propor à Assembléia Geral a reforma do Estatuto Social, a fusão, incorporação, cisão, dissolução, liquidação ou reorganização da Companhia;
- XII - autorizar a compra de ações da Companhia, a qual somente poderá se dar com a finalidade de cancelamento das ações adquiridas;
- XIII - fixar a remuneração individual para os Conselheiros e Diretores, para os quais a Assembléia Geral tenha aprovado montante global;
- XIV - deliberar sobre:
- a) o aumento do capital social até o limite previsto neste Estatuto, fixando as condições de emissão e de colocação das ações;
 - b) a celebração de todos os contratos e obrigações que a Companhia pretenda assumir com terceiros, inclusive operações de leasing ou arrendamento mercantil, que elevem os compromissos de prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias acima de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido, bem como operações de alienação de ativos representativos de percentual superior a 5% (cinco por cento) do ativo total da Companhia;
 - c) a celebração de contratos de mútuo pela Companhia com empresas de que a Companhia, ou os acionistas controladores participem direta ou indiretamente do capital social;
 - d) realização de investimentos fora do campo principal de atuação da Companhia;
 - e) a realização de novos investimentos em immobilizações técnicas ou financeiras, ou ainda investimentos em coligadas ou controladas, sempre que o valor principal ultrapasse 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
 - f) a celebração de acordos que tenham por objeto operações que possam limitar o poder de gestão da Companhia sobre o processo produtivo, comercialização e desenvolvimento tecnológico da Companhia, ou que modifiquem substancialmente a natureza das atividades por ela exercidas;
 - g) a aquisição e/ou alienação de qualquer participação da Companhia em sociedade já existente ou a ser constituída, de valor superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo Primeiro: As deliberações referidas no item III, alíneas (a) e (e) do caput deste artigo, dependerão, para sua aprovação, dos votos de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: O Conselho de Administração poderá delegar à Reunião da Diretoria a deliberação das matérias que definir, com exceção daquelas que exijam quorum qualificado, na forma do parágrafo anterior.

SEÇÃO II

Da Diretoria

Artigo 19 - A Diretoria é composta de, no mínimo 2 (dois) Diretores e no máximo 6 (seis) membros, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração. É a seguinte a competência específica de cada um dos membros da Diretoria desde logo definidos:

- a) Do Diretor Presidente – coordenação de todas as atividades da Companhia, supervisão das atividades dos demais Diretores, além de presidir as reuniões da Diretoria, com voto de qualidade em caso de empate.

- b) Do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores – controle geral dos investimentos da Companhia, e da política de levantamento de recursos financeiros para a Companhia, além de ser o responsável pelo relacionamento e pela prestação de informações aos investidores, à CVM e aos demais participantes do mercado, conforme o disposto nas Instruções 31 e 202 da CVM, com redação que lhe foi dada pela Instrução CVM 309/99;
- c) Do Diretor Superintendente - execução da política, das diretrizes e das atividades de administração de pessoal, material e serviços da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração; e,
- d) Do Diretor de Desenvolvimento de Negócios - a identificação e prospecção de novas oportunidades de negócios para a Companhia, além da coordenação e execução das atividades de propaganda e marketing da Companhia.

Parágrafo Primeiro: O prazo de gestão de cada Diretor será de 1 (um) ano, permitida a recondução.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, poderá o Conselho de Administração designar substituto, cujo mandato expirará com os demais Diretores.

Parágrafo Terceiro: Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para cargos de Diretores, com exercício cumulativo de funções. Ocorrendo esta hipótese, ao conselheiro-diretor caberá optar pela remuneração devida pela Companhia como Conselheiro ou Diretor.

Parágrafo Quarto: Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria.

Artigo 20 - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o Estatuto e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, desde que em direitos permitidos, necessários ao regular funcionamento da Companhia.

Artigo 21 - Compete à Diretoria:

- I - cumprir as determinações do Conselho de Administração;
- II - elaborar, anualmente, o relatório de administração e as demonstrações financeiras do exercício, bem como os balancetes mensais, se solicitados pelo Conselho de Administração;
- III - preparar anteprojetos de plano de expansão e modernização da Companhia;
- IV - submeter ao Conselho de Administração o orçamento geral e os especiais da Companhia, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que se refiram;
- V - criar ou extinguir cargos, admitir e demitir empregados e fixar os níveis de remuneração pessoal;
- VI - respeitada a competência do Conselho de Administração, transigir, renunciar, desistir, firmar acordos, compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações financeiras, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, e conceder garantias, subscrevendo os respectivos termos e contratos; e,
- VII - aprovar e modificar organogramas e regimentos internos.

Artigo 22 - Os atos que representem alienação de bens imóveis ou participações societárias da Companhia, bem como a concessão de avais, fianças ou outras garantias, serão praticados (a) conjuntamente por dois membros da Diretoria ou (b) conjuntamente por um Diretor e um procurador nomeado em mandato com poderes para praticar o ato específico.

Parágrafo Primeiro: Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, inclusive a emissão, o aceite ou o endosso de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e títulos equivalentes, a abertura, a movimentação ou extinção de contas de depósito bancário deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia, ser assinados: (a) por 2 (dois) Diretores; (b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) mandatário, ou (c) por 2 (dois) mandatários, observando-se quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo seguinte.

Parágrafo Segundo: As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (a) ser assinadas por 2 (dois) Diretores; (b) especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção das obrigações de que trata o artigo anterior; (c) vedar o substabelecimento e (d) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. O prazo previsto neste parágrafo e a restrição quanto a substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

Parágrafo Terceiro: É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia.

Parágrafo Quarto: A Companhia será representada por qualquer Diretor, isoladamente, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais. Nos casos permitidos em lei, a Companhia será representada por prepostos nomeados, caso por caso, por via epistolar.

Artigo 23 - A remuneração dos Diretores será fixada global e anualmente pela Assembléia Geral, para ser paga em duodécimos. A Assembléia Geral também fixará, quando for o caso, o montante e o percentual da participação da Diretoria no lucro da Companhia, observado o limite disposto no Parágrafo 1º do Artigo 152 da Lei 6.404/76. Tanto os honorários como a verba de participação no lucro serão partilhados aos Diretores, por deliberação do Conselho de Administração, consignada por termo no livro próprio.

Parágrafo Único: O empregado eleito pelo Conselho de Administração para o cargo de Diretor, enquanto no exercício do cargo, terá seu contrato de trabalho suspenso, passando a receber honorários e eventual participação nos lucros na forma estabelecida neste Estatuto, ficando-lhe assegurado o retorno ao cargo anteriormente ocupado, de acordo com a legislação social vigente.

Artigo 24: A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, pelo Diretor que seja escolhido pelos demais.

Parágrafo Primeiro: As reuniões serão sempre convocadas por quaisquer Diretores. Para que possam ser instaladas e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria dos

Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de ambos os diretores, se só houver dois em exercício.

Parágrafo Segundo: As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, além do voto na qualidade de Diretor, o voto de desempate.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Fiscal

Artigo 25 - O Conselho Fiscal é de funcionamento permanente, e será composto de 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, observados os requisitos legais.

Parágrafo Primeiro: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal obedecerá o disposto em lei.

Parágrafo Segundo: Uma vez eleito e empossado, o Conselho Fiscal elegerá seu Presidente, e elaborará seu regimento interno.

Artigo 26: O Conselho Fiscal deliberará pela maioria de seus membros, e as suas reuniões somente se instalarão se presente a maioria dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente, ou quando convocado por qualquer Conselheiro, e a convocação dos seus membros se fará por escrito, com antecedência de 5 (cinco) dias da reunião, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, na omissão deste, por qualquer Conselheiro.

Parágrafo Segundo: Qualquer Conselheiro Fiscal, isoladamente, poderá requerer e obter da Companhia ou dos auditores independentes quaisquer informações que julgue necessária ao desempenho de suas funções, caso as solicite ao Presidente do Conselho, e este se omita na sua obtenção.

Parágrafo Terceiro: Das reuniões do Conselho Fiscal lavrar-se-ão atas, em livro próprio.

Parágrafo Quarto: As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas através de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível, sendo facultado aos membros deste órgão expressar seus votos através de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a reunião.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Consultivo

Artigo 27 - A Sociedade poderá ter um Conselho Consultivo, composto de no máximo 6 (seis) membros, sem funções executivas, em caráter permanente, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, por um período de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Artigo 28 - O Conselho Consultivo é órgão de apoio ao Conselho de Administração, competindo-lhe, sempre reservadamente: (a) opinar perante a Assembléia Geral e o Conselho de Administração, sobre os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais estatutários; (b) opinar sobre o relatório anual de administração; (c) opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidos à Assembléia Geral; e (d) elaborar, inclusive com a contratação de empresa especializada, se necessário, a proposta do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia aos seus administradores.

Parágrafo Primeiro: Os membros do Conselho Consultivo poderão ser convocados a assistir às reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: Os membros do Conselho Consultivo não são Administradores da Companhia. Nada obstante, aos membros do Conselho Consultivo aplicam-se as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto aos Administradores da Companhia, inclusive no que diz respeito ao dever de sigilo.

Parágrafo Terceiro: A remuneração anual máxima dos membros do Conselho Consultivo será fixada pela mesma Assembléia Geral que estabelecer a remuneração dos Administradores, mas não incluirá participação nos resultados da Companhia.

Parágrafo Quarto: Os membros do Conselho Consultivo poderão participar do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia.

CAPÍTULO VIII

Da Alienação do Controle da Companhia

Artigo 29 - Na hipótese de aquisição, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, ou de participação relevante no capital social da Companhia, o(s) respectivo(s) adquirente(s) deverá(ão), dentro do prazo de 30 (trinta) dias de tal aquisição, formular à Comissão de Valores Mobiliários - CVM pedido de registro de oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia (“Oferta Pública”), nas mesmas condições de pagamento ofertadas ao(s) acionista(s) alienantes, sendo a oferta dirigida à totalidade das ações da Companhia, no caso de alienação de controle, e proporcional à participação adquirida, no caso de aquisição de participação relevante.

Parágrafo Primeiro: Para os efeitos deste Capítulo, considera-se aquisição de controle acionário da Companhia o negócio jurídico, ou a série ou conjunto de negócios jurídicos, pelo qual um acionista, grupo de acionistas reunidos por acordo ou terceiro adquira de acionista(s) da Companhia ações de emissão da Companhia que representem, pelo menos, 40% (quarenta por cento) do capital social, ou que elevem, através da aquisição de ações de acionista(s), a participação já detida por acionistas ou grupo de acionistas reunidos por acordo a, pelo menos, 40% (quarenta por cento) do capital social. Por outro lado, considera-se aquisição de participação relevante na Companhia o negócio jurídico, ou a série ou conjunto de negócios jurídicos, pelo qual um acionista, grupo de acionistas reunidos por acordo ou terceiro adquira de acionista(s) da Companhia ações de emissão da Companhia que representem, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, ou que elevem, através da aquisição de ações de acionista(s), a participação já detida por acionistas ou grupo de acionistas reunidos por acordo a,

pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) das ações em que se divide o capital social da Companhia.

Parágrafo Segundo: O prazo de 30 (trinta) dias previsto no caput deste artigo terá como termo inicial a data em que for celebrado o negócio jurídico definitivo, ou o último dos negócios jurídicos definitivos, no caso de série ou conjunto de atos, sempre observado o parágrafo precedente. Se não for possível determinar aquela data, o prazo de 30 (trinta) dias começará a correr da data em que for formalizada, nos livros societários da Companhia ou na instituição encarregada de seu registro escritural, a transferência das ações que assegurem o controle ou a participação relevante para quem o adquiriu.

Parágrafo Terceiro: A Oferta Pública deverá ser formulada tomando-se por base as mesmas condições de pagamento que tenham sido ajustadas entre o(s) alienante(s) e o(s) adquirente(s). Na hipótese de alienação através de uma série ou conjunto de atos, será considerada a média ponderada dos preços dos negócios realizados, corrigidos monetariamente até a data do último deles.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de aquisição indireta do controle ou de participação relevante na Companhia, assim entendida como o negócio jurídico pelo qual um acionista, grupo de acionistas reunidos por acordo ou terceiro adquira de acionista(s) o controle acionário de uma sociedade que detenha, respectivamente, (i) 40% (quarenta por cento) ou mais do capital social da Companhia, e (ii) 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do capital social da Companhia, será contratada uma empresa especializada de renome internacional (Banco de Investimento, ou similar), aprovada pela Assembléia Geral, para estabelecer o preço equitativo pelo qual deverá ser realizada a Oferta Pública, de maneira que os demais acionistas obtenham o mesmo preço por ação dos alienantes. Com a mesma finalidade, a empresa especializada estabelecerá, se for o caso, a relação de quantidade e preço entre as ações da holding adquirida e as da Companhia, determinando o valor a ser oferecido pelo adquirente, mediante Oferta Pública, aos titulares das demais ações.

Parágrafo Quinto: Ressalvadas as hipóteses legais e regulamentares em contrário, é lícito ao adquirente indireto propor, na Assembléia Geral referida no parágrafo anterior, a realização de oferta de compra das ações de emissão da Companhia pelo preço que julgar equivalente ao preço efetivamente pago pelas ações adquiridas, caso em que, se a oferta for aceita por mais de 2/3 (dois terços) da totalidade dos demais acionistas, que deverão necessariamente estar presentes à Assembléia Geral, a Oferta Pública será realizada pelo preço ofertado na Assembléia Geral, não sendo necessária a realização da avaliação prevista no parágrafo anterior.

Parágrafo Sexto: Na Assembléia Geral referida no Parágrafo Quinto deste Artigo, o acionista alienante, se ainda detiver ações da Companhia, e o adquirente das ações alienadas, caso seja acionista da Companhia, ficarão impedidos de votar. Pelo mesmo motivo, também ficarão impedidos de votar os acionistas que, não sendo controladores ou detentores de participação relevante, tenham alienado ou prometido alienar ações ao adquirente do controle ou da participação relevante, conforme for o caso, se ainda detiverem ações da Companhia.

Parágrafo Sétimo: No caso de alienação indireta de controle ou de participação relevante, o prazo para a formulação do pedido de registro da Oferta Pública será de 30 (trinta) dias,

contados (a) na hipótese do Parágrafo Quarto, da conclusão da avaliação, e (b) na hipótese do Parágrafo Quinto, da data da Assembléia Geral ali referida.

Parágrafo Oitavo: A Companhia não realizará a transferência, em seus livros e registros, das ações adquiridas sem a observância da Oferta Pública prevista neste capítulo.

Parágrafo Nono: Aplicam-se à Oferta Pública prevista neste artigo as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários pertinentes à matéria.

Artigo 30 - Na hipótese da não formulação do pedido de registro da referida Oferta Pública no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o previsto no artigo 29, o número de votos dos acionistas alienantes ficará restrito, na forma do artigo 110, §1º da Lei nº 6.404/76, ao máximo de 1% (um por cento) do número total das ações da Companhia.

Parágrafo Único: A restrição do direito de voto prevista no caput deste artigo para os acionistas alienantes se aplica aos adquirentes, em caso de alienação indireta ou se, de qualquer forma, vier a ser registrada a alienação junto à Companhia, permanecendo tal restrição para ambos até que a Oferta Pública venha a ser realizada.

Artigo 31 - Realizada a Oferta Pública prevista no Artigo 29 acima, esta terá a validade de 30 (trinta) dias, para que, neste prazo, os demais acionistas possam manifestar sua aceitação.

Artigo 32 - O disposto nos Artigos 29 e seguintes do Estatuto não se aplica às hipóteses decorrentes de alteração de titularidade das ações entre os acionistas em função de (a) sucessão hereditária ou testamentária; por separação ou divórcio, por venda, cessão, transferência ou doação de ações em favor do cônjuge, ascendente ou descendente; (b) integralização, com ações da Companhia, de capital social de sociedade holding que tenha como sócios exclusivamente os acionistas alienantes; (c) redução do capital social com a devolução das ações, dissolução ou cisão da Companhia, ou ainda, por atos judiciais, tais como penhora ou adjudicação em execução.

Artigo 33 - O disposto nos Artigos 29 e seguintes não se aplica na hipótese de uma pessoa ou um grupo de pessoas reunidas por acordo, já acionista ou não, elevar sua participação e/ou se tornar titular de ações da Companhia de quantidade superior a 25% ou 40% do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade pela Companhia, e (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia.

Parágrafo Único: Caso algum acionista ou grupo de acionistas reunidos por acordo detentor de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do capital social da Companhia tenha a sua participação reduzida, por qualquer razão, com exceção de venda a outros acionistas ou terceiros, o mesmo poderá recompor tal participação no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da redução da participação, sem que seja necessária a realização de Oferta Pública, nos termos dos Artigos 29 e seguintes.

Artigo 34 - Para os fins deste Capítulo, a correção monetária será feita de acordo com as seguintes regras: (a) o índice a ser utilizado será o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), apurado e divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), ou o que o substituir; (b)

desconhecido o IGP-M do mês em curso, será utilizado o último divulgado; (c) aplica-se o índice de correção pro rata dia; (d) a correção monetária terá por data inicial a do pagamento, ou pagamentos, feitos para a aquisição do controle, e, por data final, a do realizado em favor do alienante; e, (e) sempre que devida a correção monetária, serão devidos também os juros pagos pela Caderneta de Poupança, nesses não incluída a Taxa Referencial – TR, ou o índice que a substituir.

Artigo 35 - Qualquer acionista ou grupo de acionistas unido por acordo titular de ações da Companhia representativas de mais de 5% (cinco por cento) do capital social e que venha a elevar sua participação no capital em 5% (cinco por cento) ou mais do capital social, deverá informar à Companhia, através do Diretor de Financeiro e de Relações com os Investidores, sobre a referida aquisição. A Companhia divulgará essa informação a qualquer acionista, sempre que for solicitada, e o acionista que a receber fica obrigado a manter sigilo dessa informação, somente podendo utilizá-la em procedimento legal, ou no âmbito da Companhia, sob pena de responder civil e criminalmente.

CAPÍTULO IX

Do Exercício Social e Distribuição de Lucros

Artigo 36 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro.

Artigo 37 - Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras exigidas em lei, que compreenderão a proposta de destinação integral do lucro líquido do exercício.

Artigo 38 - A valorização das participações dos acionistas constitui o meio da Companhia realizar seu objeto social. Assim sendo, a Companhia deverá distribuir aos acionistas a parcela do lucro que não for destinada aos investimentos ou reinvestimentos da Companhia.

Parágrafo Primeiro: A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Segundo: As demonstrações financeiras indicarão a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral.

Artigo 39 - Os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da respectiva deliberação da Assembléia Geral Ordinária. Os dividendos apurados serão atualizados monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas. Se os dividendos não forem pagos no prazo acima, a partir do sexagésimo primeiro dia incidirão, além de atualização monetária, juros de 12% (doze por cento) ao ano, computados à razão de 1/360 (um trezentos e sessenta avos) por dia decorrido. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 40 - O valor dos juros pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, poderá ser imputado ao valor dos dividendos, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela companhia, para todos os efeitos legais.

Artigo 41 - A Companhia elaborará demonstrações financeiras na forma e nos prazos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, podendo, ainda, elaborá-las em períodos menores por deliberação do Conselho de Administração, e declarar, também por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nessas demonstrações financeiras, observadas as limitações previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório a que refere o artigo 37, § 1º deste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo: Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, cumprir a obrigação de distribuição do dividendo obrigatório com base nos dividendos que assim forem declarados.

CAPÍTULO X

Da Liquidação

Artigo 42 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante, fixando-lhe a remuneração e, se pedido por acionistas, novos membros do Conselho Fiscal, cujo mandato coincidirá com o período da liquidação, cabendo aos acionistas minoritários eleger a maioria dos seus membros.

Parágrafo Único: Quando deliberada, a liquidação da Companhia se fará de maneira a não gerar a desvalorização dos ativos, que serão alienados de maneira ordenada, quanto ao modo e ao prazo de sua liquidação.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Transitórias

Artigo 43 - O Conselho de Administração eleito para o primeiro mandato posterior à aprovação deste Estatuto, terá, excepcionalmente, mandato de 2 (dois) anos.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Finais

Artigo 44 - Qualquer litígio entre os acionistas e a Companhia, ou entre os acionistas minoritários e os acionistas controladores, deverá ser resolvido por arbitragem. Neste caso, cada

parte indicará um advogado, e os advogados nomearão, em conjunto, um árbitro para dirimir o conflito.

Parágrafo Primeiro: Caso os advogados não cheguem a um acordo sobre o árbitro a ser escolhido, este será nomeado pelo Juiz, na forma da Lei.

Parágrafo Segundo: A arbitragem terá lugar na sede da Companhia, segundo as regras da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo - FIESP.

Artigo 45 - Este Estatuto deverá ser interpretado de boa-fé. Os acionistas e a Companhia deverão atuar, em suas relações, guardando a mais estrita boa-fé, subjetiva e objetiva.

Parágrafo Único: Inclui-se nas regras de boa-fé a abstenção do exercício do voto, em qualquer situação prevista neste Estatuto ou na Lei, em caso de conflito de interesses entre o acionista e a Companhia, considerado seu objeto social.

Artigo 46 - Na Assembléia Geral que tenha por objeto deliberar a alteração das normas contidas no Artigo 11, Parágrafo Segundo, Artigo 14, Parágrafo Quarto, Artigo 18 e as contidas no Capítulo VIII do presente Estatuto, será necessária a aprovação de, pelo menos, 60% (sessenta por cento) do capital social.

IDEIASNET S.A.
C.N.P.J./M.F. Nº 02.365.069/0001-44
N.I.R.E. Nº 3.330.016.719-6
COMPANHIA ABERTA
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2007

TERCEIRO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES
DE EMISSÃO DA IDEIASNET S/A

ANEXO II

Cláusula Primeira – Dos Objetivos do Plano

- 1.1. O presente Plano de Opção para Subscrição de Ações (o “Plano”), instituído nos termos do art. 168, § 3º da Lei nº 6.404/76, tem por objeto a outorga de opção (“a Opção”) para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de emissão da Companhia (as “Ações”), em favor dos administradores, empregados, membros do Conselho Consultivo e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle (os “Outorgados”) com a finalidade de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses da IdeiasNet S.A.
- 1.2. O Plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os Outorgados, sejam eles empregados ou não.

Cláusula Segunda – Da Administração do Plano

- 2.1. O Plano será administrado por um comitê, formado pelos membros titulares do Conselho de Administração, excetuando-se os Conselheiros que exerçam cargo executivo na Companhia (o “Comitê”).
- 2.2. Obedecidos os termos ora estipulados, o Comitê terá amplos poderes para gerir e administrar o Plano devendo indicar, dentre as pessoas elegíveis, aquelas que participarão do mesmo, fixar a quantidade de Ações objeto da Opção, bem como o preço de aquisição das mesmas.
 - 2.2.1. Os membros do Comitê não poderão votar nas deliberações em que figurarem como Outorgados do presente Plano e em todas as questões concernentes, tais como fixação da quantidade de Opções e preço para aquisição das Ações.
- 2.3. Ao Comitê é facultado tratar de maneira diferenciada os Outorgados que se encontram em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender, a outros Outorgados, qualquer condição ou deliberação que apenas a um ou mais Outorgados tenha sido fixada.

Cláusula Terceira – Dos Outorgados

- 3.1. Estão habilitados a participar do Plano, a critério do Comitê, administradores, empregados, membros do Conselho Consultivo e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

Cláusula Quarta – Das Ações Objeto do Plano

- 4.1 O Plano estará limitado a um máximo de 3.000.000 (três milhões) de Ações.
- 4.2. Uma vez exercida a Opção pelos interessados, as Ações respectivas serão objeto de emissão através de aumento do capital social da Companhia na forma do art. 6º, § 2º do Estatuto Social.
- 4.2.1 Nos termos do art. 171, § 3º da Lei nº 6.404/76, os acionistas não terão direito de preferência à subscrição de Ações objeto do Plano.
- 4.2.2 A Companhia poderá ainda, desde que previamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), oferecer ações mantidas em tesouraria para atender aos objetivos do Plano.
- 4.3. As Ações objeto da Opção terão todos os direitos pertinentes a sua espécie, inclusive no que se refere à percepção de dividendos.
- 4.4. As Ações ora referidas não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas e permanecerão caucionadas mediante as competentes averbações nos livros societários da Companhia.

Cláusula Quinta – Do Preço de Aquisição

- 5.1. O preço de emissão das Ações (“Preço”) a serem subscritas pelos Outorgados em decorrência do exercício da Opção será fixado pelo Comitê, quando da sua outorga, devendo o mesmo fixar um critério com base em operações da espécie.
- 5.1.1. Na hipótese de não haver unanimidade na fixação do critério para a definição do Preço, os membros do Comitê deverão fixá-lo com base na orientação manifestada em parecer legal a ser emitido por escritório de advocacia escolhido pelo Comitê e contratado especialmente para este fim.
- 5.1.2. O Preço será corrigido monetariamente, a partir da data da outorga da Opção, até a data do exercício da Opção, pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) divulgado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), ou por outro índice de preços a ser definido pelo Comitê que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Cláusula Sexta – Do Exercício da Opção e Do Prazo de Carência

- 6.1. A outorga das Opções ora referidas será formalizada mediante a assinatura, pela Companhia e pelo Outorgado, de um Termo de Adesão ao Plano de Opção para Subscrição de Ações conforme modelo anexo, o qual fixará, dentre outras condições:
- a) a quantidade de Ações objeto das Opções então outorgadas;
 - b) o Preço; e
 - c) o valor total a ser subscrito pelo Outorgado.
- 6.2. O Outorgado poderá exercer a Opção da seguinte maneira:
- (a) até 1/4 (um quarto) das Ações, após o decurso do prazo de carência de 12 (doze) meses contados da data de outorga,

(b) até 1/4 (um quarto) das Ações, após o decurso do prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de outorga,

(c) até 1/4 (um quarto) das Ações, após o decurso do prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga, e

(d) até 1/4 (um quarto) das Ações, após o decurso do prazo de carência de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de outorga.

6.3 Transcorridos os prazos acima previstos, abre-se o prazo de 06 (seis) meses, em cada ano, para que os Outorgados possam exercer as Opções e adquirir as Ações, até o limite da percentagem a que tenha direito.

6.4. Para exercer a Opção, o Outorgado deverá comunicar à Companhia, por escrito, tal decisão, informando a quantidade de Ações que pretende adquirir.

6.4.1. O Conselho de Administração terá 15 (quinze) dias contados do recebimento da comunicação referida no item 6.4 acima para providenciar o aumento de capital que possibilitará a subscrição das Ações em questão pelo Outorgado.

6.4.2. Decorrido o prazo final para o exercício estabelecido do item 6.3 acima, as opções não exercidas pelos outorgados terminarão de pleno direito.

6.5. Em atendimento ao disposto no item 4.4 e na Cláusula Oitava deste Plano, os Termos de Adesão terão efeito de Acordo de Acionistas para todos os fins previstos no art. 118 da Lei nº 6.404/76.

Cláusula Sétima – Das Condições de Pagamento

7.1. O Preço deverá ser integralizado pelo Outorgado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do exercício da Opção, em moeda corrente nacional.

7.1.1. Alternativamente, o Outorgado poderá, se a Companhia concordar:

- a) efetuar o pagamento da totalidade ou de parte do Preço mediante a conversão de crédito que detenha contra a Companhia, ou;
- b) optar por receber um adiantamento da Ideiasnet S.A. para o pagamento da totalidade ou de parte do Preço, autorizando essa mesma Companhia a realizar a subsequente venda em Bolsa de Valores, por conta e ordem do Outorgado, de uma quantidade tal de Ações que permita a este último, com o resultado líquido assim obtido, quitar o adiantamento e pagar os tributos incidentes sobre a venda.

7.2. A Companhia poderá ainda aprovar a concessão de um empréstimo de até 180 (cento e oitenta) dias de prazo em favor do Outorgado, a fim de que o mesmo possa exercer a sua Opção, devendo as condições de tal financiamento serem autorizadas pelo Conselho de Administração em reunião especialmente convocada para esse fim.

7.3. Em qualquer hipótese, a forma de pagamento do Preço deverá constar da declaração a ser firmada pela Diretoria da Companhia, em cumprimento ao que houver sido determinado pelo Comitê, quando do exercício das Opções.

Cláusula Oitava – Da Alienação das Ações

- 8.1. Respeitado o disposto no item 7.1, alínea *b* e, salvo disposição em contrário do Comitê, o titular das Ações só poderá ceder ou transferir ou, de qualquer forma gravar as Ações subscritas ou adquiridas no âmbito do presente Plano, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em virtude de bonificações ou desdobramentos dessas mesmas Ações, após o prazo de 6 (seis) meses contados da respectiva subscrição ou aquisição.
- 8.2. Cessada por qualquer motivo a relação jurídica entre a Companhia e o Outorgado, inclusive em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do titular da opção, a Companhia terá, por um prazo de 30 (trinta) dias a contar do término de tal relação, opção de compra de todas as Ações subscritas ou adquiridas no âmbito do presente Plano, bem como daquelas que tenham sido adquiridas em virtude de bonificações ou desdobramentos dessas mesmas Ações, pelo maior valor entre o de mercado e o valor de aquisição corrigido monetariamente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
 - 8.2.1. Para a perfeita execução do disposto no item 8.2 acima, o titular da Opção, mediante a assinatura do Termo de Adesão, nomeia e constitui a Companhia sua bastante procuradora, em caráter irrevogável, conferindo-lhe todos os poderes necessários para praticar os atos em questão.

Cláusula Nona – Do Término da Opção

- 9.1 A Opção terminará de pleno direito:
 - a) pelo seu exercício integral segundo disposto na Cláusula Sexta;
 - b) pelo desligamento, por qualquer motivo, do Outorgado da Companhia, salvo em caso de falecimento após o prazo de carência, aposentadoria ou invalidez permanente, hipóteses em que deverá ser observado o disposto na Cláusula Décima;
 - c) pela dissolução ou liquidação da Companhia.

Cláusula Décima – Do Falecimento, Aposentadoria ou Invalidez Permanente dos Outorgados

- 10.1. No caso de falecimento do Outorgado, todas as Opções concedidas tornar-se-ão antecipadamente exercíveis pelos seus herdeiros ou sucessores, no prazo improrrogável de 12 (doze) meses a contar da data do evento, sendo certo que, em tal hipótese, o pagamento das Ações deverá ser à vista. Falecido o Outorgado antes do vencimento do prazo de carência, a Opção terminará de pleno direito.
- 10.2. Em se tratando de invalidez permanente ou aposentadoria do Outorgado, as Opções poderão ser exercidas antecipadamente ou no prazo original, mediante pagamento à vista.

Cláusula Décima Primeira – Do Direito de Venda Conjunta

- 11.1 Tendo em vista o que dispõe o Estatuto Social da Companhia sobre a hipótese de aquisição do controle da mesma, os Outorgados terão o direito, caso isso venha a ocorrer, de exercer antecipadamente as Opções de que forem titulares, mediante pagamento à vista do Preço de aquisição.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Gerais

- 12.1 Nenhuma disposição deste Plano ou Opção concedida em razão do mesmo confere a qualquer Outorgado direito à permanência como executivo, empregado ou prestador de serviço à Companhia ou à sociedade sob seu controle.
- 12.2 Nenhum titular da Opção concedida em razão do presente Plano terá qualquer direito ou privilégio de acionista da Companhia enquanto as Ações objeto do mesmo não tenham sido subscritas pelo Outorgado.
- 12.3 Caso a quantidade das Ações venha a ser alterada com o resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê declarar por escrito a cada Outorgado o correspondente ajuste do número de Ações objeto da Opção a ele concedida e do respectivo Preço de modo a evitar qualquer distorção na aplicação deste Plano.
- 12.4 A existência do Plano e das Opções outorgadas não impedirão, em hipótese alguma, a realização de operações de reorganização societária envolvendo a Companhia, tais como transformação, incorporação, fusão e/ou cisão, devendo o Comitê e as empresas envolvidas deliberar sobre os ajustes cabíveis para proteger os legítimos interesses dos Outorgados, sendo certo que qualquer decisão tomada neste sentido não dará aos Outorgados o direito de obstar a operação pretendida ou de prejudicar a sua realização.
- 12.5 O exercício da Opção não poderá ser transferido e/ou exercido por pessoas diversas do Outorgado, salvo na hipótese prevista na Cláusula Décima.
- 12.6 A omissão e/ou tolerância de qualquer das Partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Plano não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.
- 12.7 A fim de assegurar a execução das obrigações ora estipuladas, cada uma das Partes terá o direito de requerer judicialmente a execução específica deste instrumento, podendo valer-se das disposições aplicáveis, inclusive as dos arts. 461, 632, 639 e seguintes do Código de Processo Civil.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

- 13.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro como competente para a solução dos litígios porventura oriundos do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.